

ENTREVISTA COM O PROFESSOR E SOCIÓLOGO DENIS MERKLEN

Denis Merklen

Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 (USN)
Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL)

Carolina Pereira Lins Mesquita

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Júlia Donley

Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 (USN)



Professor Denis Merklen

Entrevista realizada em julho de 2023.

Em junho de 2023, o professor Denis Merklen esteve em Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, a convite do *Escritas: Estudos Críticos, Teóricos e Historiográficos sobre as Américas* da

Universidade Federal Fluminense (UFF), projeto conjunto integrado pelas professoras María Verónica Secreto e Giselle Martins Venancio e pelo professor Ronald Raminelli.

Dentro dos Seminários Permanentes do *Escrihtas*, o professor Merklen ministrou a palestra intitulada “Razões para queimar livros? Quando as classes populares falam em nome próprio e as instituições da democracia calam”, no auditório do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (ICHF/UFF). Uma das entrevistadoras, Carolina Pereira Lins Mesquita, professora de direito do trabalho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e editora chefe da *Revista Confluências*, teve a oportunidade de estar presente no evento e conhecer o palestrante pessoalmente. Este contato foi intermediado previamente pela outra entrevistadora, Júlia Donley, doutoranda em sociologia na *Université Sorbonne Nouvelle* sob orientação de Merklen e de Esteban Buch.

Denis Merklen é professor da *Université Sorbonne Nouvelle*, sociólogo especialista em estudos sobre classes populares e, atualmente, é diretor do *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (IHEAL). Sob orientação de Robert Castel, Denis Merklen defendeu sua tese intitulada “*Inscription territoriale et action collective. Les occupations illégales de terres urbaines depuis les années 1980 en Argentine*” em 2001, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Com Castel, Merklen trabalhou por dezessete anos (1996-2013), até o falecimento daquele. Após o doutorado, Merklen ampliou suas temáticas de pesquisa com uma investigação sociológica sobre os incêndios causados em bibliotecas públicas de bairros da periferia de Paris. Este estudo dá origem ao trabalho apresentado para a obtenção de sua *Habilitation à diriger des recherches* (HDR) em 2011, intitulado “*Politicit  et sociabilit . Quand les classes populaires questionnent la sociologie et la politique*”.

Esta entrevista, construída à quatro mãos, teve como ponto de partida as inquietações de Carolina, surgidas a partir das pesquisas de Merklen socializadas no dia 13 de junho de 2023, na UFF, Niterói, bem como as conversas travadas na sequência. A força motriz para a entrevista foi o assassinato brutal do jovem Nahel M., estudante e entregador de dezessete anos, pela polícia francesa. O evento ocorreu em Nanterre, cidade da periferia de Paris, 14 dias depois, em 27 de junho. Os textos de Merklen, especialmente *Lo que iluminan las llamas de las bibliotecas em Francia* (2023), sobre a onda atual de turbulência social da França, o artigo *Las dinámicas contempor neas de la individuaci n* (2013) e “*Individus populaires. Sociabilité et politicit *” (Merklen, 2012), inspiraram esta entrevista. Tudo isto foi mediado por Júlia, que vive em Paris e convive academicamente com Merklen.

Carolina Pereira Lins Mesquita; Júlia Donley: De que forma esta onda de revoltas e incêndios das bibliotecas públicas se articula às reformas liberais que se intensificaram a partir de 2002 na França – tendo como exemplo mais recente a aprovação da reforma do sistema de aposentadoria no início do segundo mandato do presidente Emmanuel Macron, em 2023? Haveria aí também uma relação com o desemprego e as perspectivas de trabalho para os jovens de classes populares?

Denis Merklen: Essa é uma questão muito importante que precisa ser examinada com mais profundidade do que simplesmente afirmar que há uma ligação entre revolta e pobreza, ou revolta e desemprego, ou revolta e precariedade. Tudo isso é verdade, há de fato uma ligação entre essas formas de precariedade e os protestos causados pela morte de Nahel M. e os outros casos de violência policial, mas essa ligação precisa ser examinada em detalhe. E por que? Porque os grupos ou segmentos das classes populares que sofrem com a precariedade e o desemprego não são necessariamente os que se revoltam. Quando se olha para a sociedade francesa de uma perspectiva muito distante, como às vezes acontece na América Latina, pode-se pensar que as pessoas mais precarizadas são os “negros” e os “árabes”, ou as pessoas de origem estrangeira, o que não é verdade. Por um lado, eles não são os mais precarizados e, por outro, entre os grupos precarizados, aqueles com histórico de imigração são os menos numerosos. Os grupos precarizados mais abundantes encontram-se nas pequenas e médias cidades do leste e do norte da França, onde os indicadores de precariedade são mais altos. Essa população não se revolta, pelo menos não da maneira que vemos nos protestos. O que eles farão para expressar seu descontentamento é, por exemplo, votar na extrema direita. Para esses grupos, votar em Marine Le Pen (principal candidata da extrema direita, pelo partido *Rassemblement National*) é uma forma de revolta, um voto alimentado particularmente pela precariedade e pelo desemprego. Em outras palavras, não há uma ligação mecânica entre uma coisa e outra.

Além disso, como essas revoltas vêm ocorrendo há quarenta anos, há uma história social e econômica de precariedade durante esse período que precisa ser levada em consideração. Se a primeira revolta data do final da década de 1970, a crise econômica começou no início da mesma década. Um dos primeiros efeitos da crise foi o desemprego em massa. Mas, na época, o desemprego era visto como um fenômeno temporário, como um ciclo econômico que poderia ser retomado, por isso foi chamado de “crise”. Demorou muito para captarmos a transformação do mercado de trabalho e percebermos que a situação nunca mais voltaria ao estágio anterior. Naquele momento, os principais

componentes da crise eram a desindustrialização e a perda de empregos industriais, um longo período durante o qual o "músculo" perderia seu valor. A força de trabalho, no sentido estrito do termo, foi desvalorizada na economia francesa, e os empregos que mais cresceram foram os qualificados, ou seja, aqueles que exigem altos níveis de competência e de formação.

Nesse mercado de trabalho em transformação, há duas categorias que são particularmente afetadas: primeiro, os jovens e, logo em seguida, os trabalhadores mais velhos. Os trabalhadores com mais de 50 anos ficam desempregados, o que gera um nível muito alto de precariedade quando estes atingem a idade de aposentadoria. Os trabalhadores seniores têm grande dificuldade em atingir os anos suficientes de contribuição e, como resultado, terão acesso a uma pensão mínima ou muito baixa. Por outro lado, os jovens, e especialmente o desemprego juvenil, serão uma preocupação por décadas e até hoje na França, especialmente nas zonas periféricas. Trata-se de jovens que deixam a escola muito cedo e, conseqüentemente, têm dificuldade de entrar no mercado de trabalho. Essa é uma característica específica do mercado de trabalho francês: o trabalho informal é extremamente sub-representado. A economia informal é ínfima, não apenas em comparação com países como Argentina, Brasil e México, onde mais de um terço da população ativa é informal, mas também em comparação aos países europeus, como Itália e Espanha. Na Itália, 30% do mercado de trabalho é informal. Na França, por sua vez, somente entre 5% e 10% estão na informalidade. As estatísticas são complexas, mas estamos falando de uma proporção muito pequena da força de trabalho, o que torna muito difícil encontrar um trabalho se não há um emprego formal (assalariado, registrado por lei, protegido pela legislação social etc.).

Então, por muito tempo, isso criou uma situação bastante binária: um trabalho "como se deve" (formalizado), ou nada. Foi o que deu origem às reformas liberais com o objetivo de flexibilizar a mão de obra. Sucessivas leis têm minado o emprego assalariado estável para criar formas de acesso a empregos e trabalhos legais, porém precários (como a economia da "uberização" atual, os entregadores ou, há alguns anos, os prestadores de cuidados pessoais, que eram apresentados como uma economia do "care"). É o desenvolvimento do que Castel chamou, no início dos anos 2000, de "précarial" (precariado). Trata-se de um fenômeno que tem sido amplamente impulsionado pelas novas tecnologias em tempos mais recentes. Todas essas transformações precisam ser vistas no contexto dos jovens que vivem nos *quartiers*. Quando pensamos nos manifestantes, os que tinham 15 anos em 1979 não são mais os mesmos dos que tinham 15 anos na revolta de 2005, e ainda não são os mesmos que têm 15, 16 ou 17 anos hoje. Por exemplo, o jovem Nahel de 17 anos de 2023 não era

nascido na época das revoltas de 2005. Ele não vivenciou a precariedade anterior, as formas anteriores de precariedade que evoluíram. Há uma expressão francesa que dá continuidade a essas formas de precariedade, desemprego e pobreza: *la galère*. Mas, por muitas razões, elas não produzem os mesmos efeitos, nem são vivenciadas da mesma maneira.

A trajetória escolar e a precariedade estão intimamente ligadas de maneira dificilmente imaginável em uma perspectiva latino-americana. Aqueles que são afastados da escola, especialmente no ensino fundamental e médio, são os que se encontram em empregos precários, trabalhando como entregadores ou caixas de supermercado, ou nas categorias mais baixas do emprego público, esperando, na melhor das hipóteses, um salário mínimo quando trabalham em tempo integral. Assim, o sentimento dessas famílias e a experiência desses jovens são de que, para muitos deles, a falta de domínio da gramática, da sintaxe e da ortografia os deixa sem um emprego digno, sujeitando-os a formas precárias de emprego. Essa população está lutando arduamente pelo reconhecimento e pelo desenvolvimento de formas de emprego e acesso ao trabalho e à atividade econômica que não exijam as altíssimas habilidades linguísticas e culturais do francês escrito, como é exigido pelo diploma de “*baccalauréat*” (diploma de fim dos estudos do ensino médio), por exemplo. É essa a razão pela qual o primeiro governo Macron (2017-2023) está diminuindo os requisitos escritos e fortalecendo o componente oral do exame de francês, concentrando-se no aprendizado da língua falada, independentemente do conhecimento da escrita. Em suma, o governo está tentando se aproximar dos sistemas educacionais anglo-saxões e, principalmente, dos norte-americanos, nos quais não é necessário ser um literato para obter um diploma de *baccalauréat*, o que até agora era a norma republicana francesa.

Carolina Pereira Lins Mesquita; Júlia Donley: Em suas pesquisas, o professor identifica o afunilamento do acesso ao mercado de trabalho e, sobretudo, ao trabalho que dá acesso à proteção social, como uma das origens da evolução da figura do “trabalhador” à figura do “cidadão”, ou mesmo do “habitante” no caso francês. Como essa transformação influi sobre a condição popular e as modalidades de ação e de participação dos indivíduos no espaço público?

Denis Merklen: O início dos *émeutes* (tumultos) foi um momento particularmente importante na história social francesa, que na época não eram chamados de tumultos, mas sim de “violências urbanas”. Esse fenômeno, que prefiro chamar de “revolta”, foi uma forma de insurreição local no âmbito do *quartier*, por exemplo, em Vaux-en-Velin, um bairro popular na periferia de Lyon.

Como resultado desses conflitos locais nas *cités* (conjunto habitacional), os militantes dos *quartiers* organizaram uma marcha em 1983 que marcou a história política e social da França. A marcha foi chamada de “Marcha pela Igualdade e Contra o Racismo”, popularmente conhecida como a *Marche des Beurs*, começando em Marselha em direção à Paris, com duração de um mês e meio de viagem pela França, do sul ao norte. Chegando à *Place de la Bastille*, o cortejo dos militantes andarilhos foi integrado por praticamente toda a esquerda francesa em uma grande manifestação que culminou em um gesto extraordinário do presidente François Mitterrand: ele recebeu imediatamente os manifestantes no palácio presidencial, o Elysée.

Em consequência deste evento, uma série de leis e medidas políticas foram tomadas em favor das classes populares, incluindo a criação de um visto de residência de dez anos. No entanto, eu gostaria de destacar duas outras leis que são muito importantes: a criação das *politiques de la ville*¹ e uma lei de descentralização. De acordo com os dois relatórios por trás dessas leis, o Estado nacional, que é altamente centralizado em Paris, transfere uma parte significativa de sua ação social para as administrações municipais. É claro que tudo isso deve ser observado sob o prisma de seu contexto sócio-histórico. Ao longo dos séculos XIX e XX, a história social de uma grande potência industrial como a França também foi a história da classe trabalhadora. Com a industrialização, os franceses se tornaram a classe trabalhadora, e as classes populares francesas se unificam sob esta identidade. Portanto, havia um vínculo muito forte entre a classe, os sindicatos e os partidos de esquerda. Após a crise do petróleo de 1973 e a consequente desindustrialização, essa organização de classe se desfez, ao mesmo tempo em que surgiram classes populares fora dessa constelação. Foi a partir desses destroços da antiga classe trabalhadora que se formaram os grupos que hoje conhecemos como *banlieues*.

Nesse contexto, o Estado percebeu que precisava responder de forma diferente às novas classes populares. Como resultado, além de todas as formas de ação adotadas pelo estado de bem-estar social francês, que envolviam essencialmente a proteção social e a criação de classe assalariada e protegida, por um lado, e uma política familiar administrada pela chamada *Caisse d'allocations familiales* (CAF), por outro, um sistema de ação social territorializado se desenvolve, tendo o *quartier* como foco. Esse dispositivo, que se constrói como um terceiro pilar da política social (o *quartier*, juntamente com o trabalho e a família), contribui fortemente para a territorialização do grupo, em

¹ A “*politique de la ville*” é um mecanismo de política social que reúne as ações de vários ministérios em bairros com diversos indicadores de precariedade.

outras palavras, para a ancoragem territorial das classes populares a partir de uma ação do Estado por meio do município e da proximidade. Isso, por sua vez, ajuda a criar uma maior segmentação das classes populares. Por exemplo, falamos anteriormente sobre as pessoas de classe popular que vivem em cidades de pequeno e médio porte, que têm empregos precários e estão desempregadas. Muitas dessas pessoas também se tornaram eleitores da extrema direita porque o Estado reage de forma diferente a cada grupo. Há pesquisas muito sérias em economia social sobre os habitantes das *cités HLM*, que mostra que essas estruturas recebem mais investimento e apoio público do que outras. Sobre tipo de ressentimento alimentado por esses investimentos se incrusta o jargão da extrema direita, segundo o qual todo o dinheiro público é dado aos negros e árabes ao em vez de ser destinado aos franceses. Isso é ao mesmo tempo xenófobo e falso, porque aqueles que são chamados de “negros” e “árabes” são tão franceses quanto todos os outros. Mas é verdade que as novas formas de ação (tumultos e militantismo comunitário), por um lado, e as *politiques de la ville* e a descentralização, por outro, contribuíram para a segmentação das classes populares.

Há, de fato, nas *cités HLM* uma quantidade de dinheiro público do Estado social incomensuravelmente maior do que o que é atribuído aos outros segmentos das classes populares. Se desenha assim, para os habitantes das *cités*, uma passagem de uma parte de sua identidade para o território. Esta transformação se opera a partir de dois motores. Por um lado, as modalidades de ação das próprias classes populares, que se organizam em associações, hoje na gênese de um novo militantismo que propõe novas temáticas sociais no espaço público e que fazem revoltas como as que pudemos ver em junho. E, por outro lado, a ação do Estado através da implantação de um colossal dispositivo institucional há quarenta anos e que inscreve territorialmente as classes populares. Isto significa que as classes populares já não têm acesso aos dispositivos do Estado social unicamente por meio do emprego e da família. Elas também os acessam pelo território.

Carolina Pereira Lins Mesquita; Júlia Donley: Na continuidade dos trabalhos sobre as “dinâmicas de individuação”, o professor desenvolve duas dimensões deste processo estabelecido entre o Estado e os indivíduos das classes populares: a responsabilização e a ativação. Poderia nos explicar em que contexto esse processo se desenvolve e como ele se diferencia de “uma postura emancipatória e qualquer vontade individual a uma busca por autonomia”, como mencionado em “*Individus populaires. Sociabilité et politicité*” (Merklen, 2012)?

Denis Merklen: Na modernidade em geral, e na sociedade francesa em particular, mas não exclusivamente, o individualismo representa uma forma de emancipação. O que tem impulsionado o liberalismo desde seus primórdios, e as ideologias de esquerda são, em grande parte, a prole desta emancipação individual, isto é, o desejo de emancipar os indivíduos das imposições da vida social. E isso se estende desde a emancipação dos trabalhadores até as lutas feministas a partir da década de 1960. O *slogan* tipicamente francês “*mon corps m'appartient*” (meu corpo me pertence) é uma maneira possível de dizer “eu sou um indivíduo e, portanto, sou livre” e, como Robert Castel expressou, “eu sou o dono da minha própria pessoa”. Há uma dimensão inegavelmente positiva no individualismo. Quando observamos a história das mulheres, que é a mais recente dessas formas de emancipação individual, isso é óbvio. O feminismo da década de 1960 até os dias atuais, com todas as suas vertentes, se desenvolve desta maneira. Em alguns aspectos, esses movimentos podem ser vistos como extensões do projeto de emancipação social por meio da figura do indivíduo. Ou, ainda, como uma nova aventura no desenvolvimento da emancipação individual e da igualdade de todos os indivíduos no âmbito de uma democracia e de uma república.

Dito isso, durante a década de 1980, na França, e já antes nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, assistimos ao surgimento de uma nova forma de individualismo, encarnada pelo neoliberalismo, que não produziria apenas efeitos positivos. Nessa nova modalidade, o individualismo não leva necessariamente a uma forma de emancipação. Pelo contrário, ele pode e levará a formas de subjugação social. É o que Castel chama de “individualismo negativo”, o que não significa que ser um indivíduo seja algo negativo, mas que há processos de individuação que têm uma dimensão negativa, que não são emancipatórios, mas da ordem da subjugação. A primeira dessas dinâmicas surge do fato de que, quando os indivíduos se tornam indivíduos, quando a sociedade se torna uma “sociedade de indivíduos”, muitas das obrigações sociais que tornaram a individuação e a emancipação possíveis começam a ser vistas e vivenciadas como entraves à liberdade individual. Isso é especialmente evidente na criação da escola única, baseada em critérios de políticas universalistas e de instituições homogeneizadoras - particularmente fortes no contexto da educação nacional francesa. O resultado a partir das novas formas de individualismo é uma demanda social por instituições que sejam mais *à la carte*, ou seja, que funcionem como um mercado no qual a oferta educacional seja mais variada e se assemelhe à oferta cultural: uma sala de concertos para cada estilo de música, um estilo de escola para cada família e até mesmo para cada criança. Na era da glorificação da diversidade, o projeto da escola de igualar os indivíduos e os cidadãos é fortemente experimentado como “padronização”, onde o que é uniforme é condenado. Uma

verdadeira democracia, conforme se acredita, deve permitir que as crianças - minhas crianças - sejam matriculadas não na mesma escola que todas as outras, mas na escola de minha escolha.

Essas exigências não são feitas por alguém que ainda não é totalmente um indivíduo e que, como tal, aspira a se tornar um, alguém que está procurando pontos de apoio para poder se estabelecer como indivíduo. Pelo contrário, essas demandas vêm de indivíduos que já o são e que, conseqüentemente, vivenciam essas instituições que lhes permitem participar da vida social como indivíduos com certa independência social como puros entraves, sem perceber que suas condições como indivíduos se baseiam precisamente na existência dessas instituições. A essa altura, vemos o surgimento de uma demanda social caracterizada pelo ataque às instituições, onipresente principalmente nas classes médias, para as quais o liberalismo é uma espécie de aliado que lhes permite lutar contra o que consideram ser uma burocracia estatal bastante opressiva. Obviamente, essa história não é a mesma se a analisarmos do ponto de vista das classes populares, porque para elas as instituições do Estado social são essenciais para sua presença enquanto indivíduos no espaço público.

Entretanto, quando a crise social deixa muitos desses indivíduos das classes populares desempregados e em situação precária, a demanda por novas políticas sociais é apresentada ao debate público, não como direitos não assegurados, ou como uma necessidade decorrente da disfunção do Estado e da sociedade, mas como demandas por assistência social. Dessa forma, a orientação geral do Estado passa a ser o que chamamos de "políticas do indivíduo", pois, em vez de procurar regular a vida social e a economia para garantir uma melhor qualidade de vida aos indivíduos, como fez o Estado social a partir da década de 1930, deixa-se que a economia opere livremente, sem ser prejudicada, por exemplo, no caso das novas tecnologias. Que ideia absurda de querer regular a internet, de querer regular as redes sociais! Isso seria uma restrição à liberdade. Como se pode fazer algo assim? Mas se somos contra a regulamentação da vida econômica, social ou cultural, o que podemos fazer para evitar que as desigualdades sociais se multipliquem tanto? Bem, podemos ajudar os indivíduos. Mas como podemos legitimar a ajuda a alguém que não consegue se virar sozinho, que não consegue se defender? Surge aí a figura do *looser*, do perdedor... Se o jogo é justo e as regras são respeitadas, por que deveríamos ajudar os perdedores e fazer com que os vencedores que conquistaram sua riqueza paguem? Na forma de uma dívida, com a condição de que haja algo em troca da assistência social. Por exemplo, nós o ajudamos a encontrar um

emprego e sair do desemprego, mas em troca você tem que desenvolver um projeto profissional, fazer cursos de treinamento e voltar ativo ao mercado de trabalho...

Cria-se assim uma dívida pública. Uma dívida social em que o beneficiário, o destinatário da ajuda, está em débito com a sociedade que o ajuda. Como eles estão em dívida porque estão sendo ajudados, são obrigados a honrar essa dívida fazendo um esforço pessoal. Esse esforço pessoal é o que os economistas chamam, em seu jargão, de transformação de políticas sociais “passivas” em “ativas”. Em outras palavras, o desempregado, o pobre ou a família não podem alegar que recebem ajuda de acordo com as novas políticas sociais simplesmente porque têm direito a ela. Eles precisam dar algo em troca a fim de solicitar legitimamente o auxílio. Isso é em parte comparável à forma como o Bolsa Família exige que seus beneficiários deem contrapartidas: as crianças têm de ir à escola, têm de ser vacinadas e assim por diante. Enquanto, por um lado, isso tem um efeito mobilizador sobre a pessoa que está sendo ajudada, por outro lado, satisfaz as opiniões da classe média, que sente que está doando seus impostos para “aqueles pobres vagabundos preguiçosos”. E tudo isso se baseia no argumento de que os requerentes da assistência social não se encontram na pobreza porque a sociedade os torna pobres, mas porque eles não são ativos ou não se esforçam o suficiente para sair da pobreza.

As novas políticas sociais criadas pelo pensamento neoliberal têm a dupla restrição de tornar os beneficiários da previdência social responsáveis e incentivá-los a agir. Mas por que essa dupla restrição é opressiva ou subjugadora? Porque ela pede a alguém que não possui os meios para agir e o torna responsável por algo que está fora de sua alçada, como se fosse sua culpa. Os efeitos sobre as pessoas, em termos de sua subjetividade, são simplesmente de culpa, muitas vezes levando a sentimentos de vergonha. Mas o que sabemos quando analisamos as tendências do desemprego, por exemplo, é que as taxas de desemprego não mudam porque as pessoas estão mais ou menos dispostas a trabalhar, mas porque a situação econômica muda. O desemprego aumenta quando a economia vai mal e diminui quando a economia vai bem. Mas a sociedade atual coloca um olhar acusatório sobre as pessoas, alegando que sua condição social não é resultado de dinâmicas sociais, históricas ou econômicas que as ultrapassam. Em vez disso, tendemos a vê-las como pessoas que precisam se mobilizar, que precisam se virar, que precisam fazer algo por si mesmas. Em suma, “o único que pode fazer algo por você é você mesmo”. Esse é um efeito da cultura do indivíduo que pode ser extremamente opressivo para aqueles que não podem fazer nada para sair de sua situação. Por mais que eles se mobilizem, a taxa de desemprego não mudará.

Carolina Pereira Lins Mesquita; Júlia Donley: Como essas políticas do indivíduo se manifestam na América Latina, onde a presença do Estado é menos marcante do que na França?

Denis Merklen: Em primeiro lugar, a América Latina não deve ser vista como um espaço totalmente homogêneo. Se olharmos para o Chile, a Argentina e o Uruguai, por exemplo, veremos sociedades que conseguiram ter taxas muito altas de emprego assalariado por várias gerações e um Estado social forte até as décadas de 1950, 1960 ou 1970, dependendo do país. Isso contrasta com o Brasil durante o mesmo período, quando a taxa de urbanização era baixa, o Estado era fraco e a economia informal era generalizada. Assim como o Brasil, muitos países tinham uma minoria de assalariados e um estado de bem-estar social bastante fraco ou inexistente. Esse é o caso do Paraguai, da Bolívia, do Peru, entre outros. Entretanto, essa forte integração social perdeu folego nos três países do Cone Sul a partir da década de 1970 ou 1980, o que mostra que podemos progredir, mas também retroceder nesse ponto de vista.

Em segundo lugar, tem havido também uma reorientação das políticas sociais em termos de “dívida social”, uma terminologia que usei anteriormente, por parte das correntes de pensamento de esquerda. Durante a primeira parte do século XX, e até um pouco mais tarde, a esquerda considerava que a pobreza, o analfabetismo, o desemprego, as formas de opressão, a escravidão e outras formas de precariedade e exposição a riscos sociais eram todas dívidas sociais que a sociedade tinha para com essas pessoas. Em outras palavras, as democracias, repúblicas, Estados ou nações têm uma dívida com aqueles que sofrem em decorrência de sua participação na vida social. Esse é o fundamento da maioria das leis sociais, como a proteção social concedida a uma mulher quando ela está grávida e se encontra em situações de risco devido ao seu estado de gravidez. A sociedade tem uma dívida com essa mulher, assim como tem uma dívida com as crianças não escolarizadas, com aqueles que sofrem um acidente de trabalho ou que, por terem atingido uma idade avançada, são dispensados da obrigação de trabalhar e recebem uma pensão de aposentadoria. A noção de “dívida social” da sociedade para com o indivíduo sustenta a legitimidade política do Estado de bem-estar social.

Hoje, a tendência - e, infelizmente, o pensamento de esquerda se moveu nessa direção - é reverter a dívida, com base na ideia de que os indivíduos têm uma dívida com a sociedade. A ideia é que a comunidade tem o dever de ajudar o indivíduo marginalizado, mas que o beneficiário da

ajuda está em dívida com a sociedade porque está sendo ajudado. Em última análise, a dívida é invertida. Não são mais a sociedade e o Estado que estão em débito com os que estão sofrendo, são os que estão sofrendo que estão em débito porque estão sendo ajudados. Eles são obrigados a “pagar”, por assim dizer, a ajuda que receberam, exigindo algo em troca. Essa exigência, obviamente, tem uma dimensão absolutamente opressiva, porque a ajuda dada tanto nos países da América Latina quanto na Europa, mesmo nos países mais ricos como a França, nunca é suficiente para tirar as pessoas da pobreza ou do desemprego. Esses benefícios sociais ficam muito aquém do que as pessoas precisam para sair da situação em que se encontram. A instituição do Bolsa Família, por exemplo, de fato alivia a indigência e a miséria de milhões de pessoas, e esse é um grande passo por parte do Estado de bem-estar social brasileiro. No entanto, o programa não permite que as pessoas se tornem ricas ou passem a fazer parte da classe média, como tem sido reiterado de forma um tanto irresponsável. Esse auxílio apenas evita que se passe fome e fornece um pouco de dinheiro para criar os filhos ou sustentar a família.

Na França, os benefícios sociais mínimos, como o *revenu des solidarités actives* (RSA), estão, e sempre estarão, bem abaixo de um salário mínimo (o *SMIC*), que é considerado a base essencial para a sobrevivência digna na sociedade francesa. A assistência social nunca alcançará o salário mínimo

Carolina Pereira Lins Mesquita; Júlia Donley: Na palestra ministrada na Universidade Federal Fluminense, o professor abordou a relação dos militantes franceses com “o saber”, no caso, a insurgência contra os sociólogos, compreendidos como aqueles que “falam em nome do outro”. Em outros termos, afirmou que os militantes não aceitam que a sua vida e luta sejam ditas e narradas por outros (sociólogos), e não por si mesmos, reivindicando, portanto, o lugar de porta-vozes da própria narrativa. Em suas palavras e em tradução livre, “toda palavra que vem de quem não está na situação é desqualificada”. Por outro lado, em seu texto (Merklen, 2023) afirma que:

Uma nova insurreição popular e juvenil, iniciada a 27 de junho, abalou a França e atraiu a atenção da imprensa mundial durante quase uma semana, sem que o acontecimento estivesse completamente encerrado no momento em que escrevemos. Perante a preponderância das imagens que mostravam o incêndio de automóveis e de edifícios públicos durante a noite, o acontecimento tornou-se incompreensível, reduzido a maior parte do tempo aos efeitos de um racismo que provocaria a revolta dos "negros" e dos "árabes" perante a violência policial. Seis bibliotecas foram queimadas durante o motim, juntando-se à lista de 76 bibliotecas incendiadas em episódios anteriores, tanto quanto pudemos apurar (Merklen, 2023) (tradução nossa).

Como você percebe a relação entre a revolta, motivadas por efeitos do racismo, às bibliotecas e aos sociólogos?

Denis Merklen: Revoltas desse tipo vêm ocorrendo desde o final da década de 1970. Há um efeito de reincidência nesta problemática que se estabeleceu diante do conflito entre esse grupo e a sociedade em geral, onde as instituições públicas e, especialmente, o espaço público, desempenham um papel muito importante. Há muito tempo, os habitantes do *quartier*² (bairros) reclamam do que se diz sobre eles sem que tenham conhecimento, e do conteúdo dos discursos, especialmente, em relação ao jornalismo. Esse conflito e contestação do discurso público não é exclusivo dos bairros chamados *habitation à loyer modéré* (HLM) (habitações sociais) e das *banlieues* (periferias). Ele também está presente em outros segmentos das classes populares, como os *gilets jaunes* (coletes amarelos). Foram registrados até mesmo casos de ataques a jornalistas, notadamente jornalistas dos meios de comunicação mais importantes, aqueles que dominam a cena pública na França, seja na imprensa escrita, na televisão ou no rádio, entre outros. Assim, as classes populares em geral associam o jornalismo aos representantes políticos, como seus aliados e como uma voz oficial. Em outras palavras, trata-se de uma visão sistêmica do jornalismo, com pouquíssima distinção entre jornalismo de esquerda e de direita, imprensa escrita e televisão, mídia pública e privada, ou ainda a “*yellow press*” (imprensa amarela).

Nas *banlieues* francesas, portanto, esse protesto vem ocorrendo há muito tempo, baseado no sentimento de ser constantemente desqualificado pela imprensa, de ser rotulado de selvagem, bárbaro, agressivo. E essa crítica à mídia também tem sido associada à crítica ao que os pesquisadores de ciências sociais, e os sociólogos em particular, têm a dizer. No entanto, essa crítica ao discurso sociológico, ou ao discurso das ciências sociais, é menos frequente entre os habitantes em geral e mais frequente entre os militantes. Isso se deve ao fato de os militantes terem um nível de educação mais alto do que os demais e terem contato com a literatura das ciências sociais. De modo geral, eles estão insatisfeitos com o que dizem a seu respeito e, sobretudo, gostariam de ser aqueles que falam em nome desse grupo, aqueles que se pronunciam em relação ao conflito ou à situação com suas próprias palavras, sem que sejam relegados a receber o discurso de outra pessoa sobre eles mesmos.

² Denis Merklen é particularmente atento às dimensões semânticas das expressões que designam o mundo das classes populares. Por esta razão, decidimos manter as denominações em língua original para explicitar realidades específicas, como é o caso dos “*quartiers*”, das “*banlieues*” ou ainda das “*habitations à loyer modéré*” ou “*cités HLM*”. Para aprofundar esta questão, vide Murard; Merklen (2018).

O conflito é obviamente menos acentuado com os sociólogos do que com os jornalistas, porque os pesquisadores tendem a ser de esquerda e a entender o que está acontecendo. Não conheço nenhum sociólogo que tenha sido atacado enquanto fazia sua pesquisa, por exemplo. Entretanto, os militantes costumam dizer que seria bom se pudessem escrever ou publicar um livro. No entanto, na maioria das vezes, eles não têm as competências, os canais, as redes ou os vínculos para fazer isso, nem o tempo ou as condições para produzir uma pesquisa longa e um texto igualmente longo. Além disso, eles são vítimas do imaginário que consiste em acreditar que basta se sentar diante de uma folha em branco e escrever. Há, no entanto, uma técnica de produção de escrita e condições de produção de escrita que eles não dominam, então há de fato um problema neste fenômeno.

A essa situação, como uma camada superior ou adicional, soma-se um problema de natureza mais civilizatória que afeta efetivamente a democracia no cerne de seu funcionamento, a saber, a desqualificação da palavra do especialista e a ênfase excessiva na palavra e na experiência vivida, em outros termos, o valor cognitivo da subjetividade. Esse discurso considera que os sentimentos ou as experiências do sujeito correspondem ao que chamamos de “verdade”. Logo, se não sou uma mulher grávida, não posso falar sobre dar à luz. Se não sou presidiário, não posso falar sobre a prisão; se não sou negro, não posso falar sobre o fenômeno do racismo, e assim por diante. Qualquer pessoa que esteja fora da experiência de vítima de uma dada situação é desqualificada e, nesse contexto, jornalistas e sociólogos se encontram em extrema dificuldade para participar do discurso público, porque, por definição ou por condição, não podem ser aqueles que vivenciam as situações estudadas. Eu nunca serei uma mulher que poderá falar sobre dar à luz, mas isso não significa que eu não possa dizer coisas com respaldo sociológico sobre dar à luz, estar grávida ou ser mãe.

As classes populares, os jovens e os militantes, especialmente estes últimos, fazem uso dessa abordagem para deslegitimar o discurso das ciências sociais e afirmar que “ninguém sabe melhor do que eu, que vivo aqui todos os dias, o que está acontecendo”. Atualmente, essa frase tem um enorme poder simbólico. Ninguém pode saber melhor do que a pessoa que viveu, como se, por exemplo, o médico não pudesse dizer à pessoa que sofre de uma doença “você sente isso, mas o que realmente está acontecendo com você é aquilo” e, assim, contribuir para uma melhor compreensão do que está acontecendo com o paciente, justamente por ser um especialista. Os sociólogos também são afetados por essa situação, reinterpretada atualmente como uma relação de classe e de dominação.

Finalmente, os livros nas bibliotecas são uma condensação desse discurso desqualificado. Contudo, a relação conflituosa não é inequívoca. O fato de que eles a contestem em determinados momentos não significa que contestem absolutamente as ciências sociais. Em outros momentos, os

próprios militantes evocam um livro para defender uma ideia disseminada por eles. Citam um intelectual, um filósofo, um sociólogo, um jornalista para embasar seus próprios argumentos, sem, contudo, enunciar esta ambiguidade. É uma ambiguidade em ação. Quando você observa o que eles dizem, quando você observa o que eles fazem, você vê uma relação muito ambígua com esse conhecimento, com essa forma de conhecimento. É uma situação complexa: o conhecimento não será contestado em bloco, como se fosse uma ideologia anti-intelectual. Não é uma ideologia elaborada, é uma situação conflituosa.

No entanto, essa desconfiança e o desejo de falar por si mesmo podem ser salutares, desde que sejam interpretados adequadamente. Meu último livro é sobre os militantes dos *quartiers* que pertencem a esse grupo social, os protagonistas de revoltas como a que sucedeu a morte do jovem Nahel em 27 de junho. Decidi trabalhar com eles, e ao lado deles, na condição de intelectual. Tentei entender seu pensamento político, seu ponto de vista sobre o mundo e estabeleci um termo ao me colocar como sociólogo em uma situação de igualdade, cara a cara, oferecendo a eles uma discussão franca, sincera e aberta. Mas em nenhum momento tentei fazer do meu texto uma transcrição do ponto de vista deles. Não me identifico como um correspondente de guerra que vai para as linhas de frente, junto aos pobres, para contar aos corredores das universidades e aos espaços culturais das classes médias o que os jovens das *banlieues* estão dizendo. A sociologia também deve ser crítica em todas as circunstâncias, e essa crítica obedece a uma única lei: trazer para a esfera pública uma compreensão do mundo baseada em investigação e pesquisa.

Carolina Pereira Lins Mesquita; Júlia Donley: O Brasil recentemente tem sido palco de um número crescente de ataques às escolas e creches da rede pública, bem como de rumores de ameaças a instituições de ensino superior. Esses eventos encadearam uma série de ações da parte do governo federal brasileiro, dentre as quais o anúncio, no dia 21 de julho de 2023, de uma proposta de projeto de lei para que estes ataques sejam punidos como crimes hediondos, medida esta que compõe o Programa de Ação na Segurança, lançado pelo presidente Lula e Flávio Dino, ministro da Justiça. Quais seriam as possíveis contribuições e limites de uma comparação entre os ataques às instituições públicas na França e no Brasil?

Denis Merklen: Essa pergunta me deixa um pouco desconfortável porque meu conhecimento do que está acontecendo na França é muito desigual em relação ao que ocorre no Brasil, onde tenho um conhecimento muito superficial dos eventos. Parece-me que o que o bolsonarismo

representa no Brasil em seu conflito com o resto do mundo político é muito diferente do que ocorre na França. Se compreendo corretamente, o bolsonarismo tem uma forte dimensão anti-intelectual na medida em que ele propõe uma visão muito popular da política institucional, em que o popular é essencialmente definido por sua oposição às elites intelectuais. E pode haver uma forma de associação aqui entre a extrema direita e um setor das classes populares que se sentirão efetivamente desprezadas pelos intelectuais, incluindo professores, bibliotecários, trabalhadores culturais em geral, chegando até aos literários e ao que identificamos como intelectuais. De fato, criou-se uma série de equivalências que vão desde a professora do primário até Sérgio Buarque de Hollanda ou outro grande intelectual como ele.

Na França, as coisas são diferentes. Há, de fato, uma divisão entre classe popular e elite que vem se consolidando há anos, mas as elites intelectuais não estão necessariamente nessa oposição porque os intelectuais e representantes da cultura têm sido amplamente excluídos dos círculos de poder. Em vez disso, o problema está nos tecnocratas, um aspecto exacerbado especialmente pela chegada de Emmanuel Macron ao poder. Ele aparece como representante de uma elite jovem que se formou nas “grandes écoles” (instituições altamente prestigiosas de ensino superior) e nas principais instituições do mundo dos negócios, mas que não é exatamente uma elite literária. Como tecnocratas, eles são muito pragmáticos e também procuram se opor à preeminência do conhecimento letrado, o que Bourdieu chamou de cultura legítima na sociedade francesa, uma forma cultural que perdeu muito de seu prestígio.

Com relação à medida proposta pelo presidente Lula, poderíamos tentar encontrar uma correspondência entre as ações dos governos brasileiro e francês, quando este último classifica todas essas revoltas contra bibliotecas e escolas como inauditas, inaceitáveis, abomináveis ou, como diz Macron, um processo de “descivilização” constatado nesses incêndios e nesses comportamentos “nocivos”. Poderíamos pensar que os dois governos estão na mesma dinâmica em termos de defesa das instituições. No entanto, é difícil imaginar que o presidente Lula possa se colocar em um conflito com as classes trabalhadoras da mesma forma que o presidente Macron claramente faz. Por isso, é difícil equiparar uma condição à outra.

No entanto, o que é certo é que uma atitude repressiva em relação a esse comportamento não levará a uma redução da natureza ou da intensidade do conflito e da rejeição dessas populações, sejam elas bolsonaristas no caso brasileiro ou *banlieuesardes* (populações periféricas) na França. Além disso, parece-me que os ataques a escolas no Brasil não podem ser resumidos como um efeito do bolsonarismo ou da influência que esse movimento político exerce sobre as classes populares.

Provavelmente há algo muito mais profundo em ação aqui, para além da influência da ideologia da extrema direita populista. Mas esse é apenas o meu sentimento, observando as coisas à distância. E, finalmente, o Brasil tem uma situação social particular, especialmente para esses segmentos da população, por exemplo, das favelas, que têm uma série de características próprias que não estão presentes na França. Refiro-me, em particular, à enorme influência das organizações criminosas, como as milícias e o narcotráfico, que têm uma força e um nível de infiltração na sociedade sem paralelo na França. Me surpreenderia saber que essas organizações não têm nada a ver com o que está acontecendo. Por isso, a dimensão repressiva proposta pela política do presidente Lula deve ser colocada em um contexto diferente daquele observado na França. Isso não é porque não há tráfico de drogas na França; é claro que há, mas é muito menor em escala e escopo. As situações de violência observadas em uma grande cidade francesa como Marselha, por exemplo, que é uma das mais violentas, e uma cidade como o Rio de Janeiro, não são comparáveis.

Carolina Pereira Lins Mesquita; Júlia Donley: Quais linhas de pesquisa o *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (IHEAL) vem desenvolvendo? E, por fim, como as pesquisas sobre a América Latina e o Brasil podem contribuir para chaves interpretativas mais globais?

Denis Merklen: O IHEAL desenvolve seu trabalho de pesquisa por meio de seu laboratório de pesquisa, o CREDA, *Centre de recherches et de documentation sur les Amériques*, que tem três linhas de investigação: Em primeiro lugar, o eixo *Action collective, action publique*, sobre as práticas sociais e a ação política em geral; em segundo lugar, o eixo *Transitions écologiques américaines*, ligado mais às questões ambientais e urbanas, ou mesmo às transições energéticas, que se desenvolvem consideravelmente no âmbito do IHEAL-CREDA; e, por fim, um terceiro eixo intitulado *Colonialités, altérités*, que se ocupa das questões decoloniais que surgem das novas correntes das ciências sociais que chegam à França, em grande parte, dos Estados Unidos e da América Latina. O IHEAL é até mesmo identificado na França, a partir da América Latina, como tendo sido uma das portas de entrada para essas correntes de pensamento.

O sentimento que nos impulsiona a todos no IHEAL, que já existe há setenta anos, é o de estabelecer uma comunicação genuína entre a França e a América Latina. Essa comunicação se manifesta de duas maneiras: por um lado, o interesse pela América Latina na França, ou seja, as pessoas ou instituições que têm a necessidade ou o desejo de conhecer as sociedades latino-

americanas em todas as suas dimensões encontram no IHEAL um espaço multidisciplinar para realizar seus trabalhos, onde são ministradas aulas de história, antropologia, sociologia, ciência política, geografia e economia. Por outro lado, há uma dimensão desse trabalho que é alimentada pela convicção dos pesquisadores franceses de que a América Latina é uma fonte de aprendizado e de novas formas de pensamento. A percepção de que existem iniciativas culturais e políticas, movimentos sociais, intelectuais, literários, artísticos e musicais, entre outros, que alimentam o pensamento e a cultura ocidental, bem como a cultura europeia e francesa.

Poderíamos citar alguns nomes para os quais o Brasil tem sido particularmente importante. Refiro-me a Lévis Strauss, é claro, que forjou sua etnologia no Brasil e construiu uma nova maneira de fazer antropologia com base em sua experiência brasileira e, mais recentemente, a Philippe Descola, que também alimenta intensamente o pensamento contemporâneo na França a partir de seu trabalho sobre o Brasil. Na sociologia, poderíamos mencionar Alain Touraine, cuja influência é considerável em ambos os lados do Atlântico. E, como eles, há um grande número de pesquisadores que vão à América Latina para aprender, criar, entrar em contato com pessoas, intelectuais, criadores e movimentos sociais. De fato, o atual movimento feminista na Europa e na França é particularmente nutrido pelos movimentos que se desenvolveram no México, na Argentina e no Chile, por exemplo. Esses movimentos exercem uma forte influência sobre as jovens ativistas francesas, especialmente hoje em dia, assim como o feminismo francês ou americano exerceu influência sobre a América Latina na década de 1960. Há muitos exemplos desse tipo, e eles são muito importantes para o *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine*. Muitos alunos vêm ao instituto em busca dessas formas de pensamento, ação e movimentos inovadores.

Do ponto de vista da América Latina, continuamos acreditando que a língua francesa tem uma abordagem específica para pensar o mundo e que as ciências sociais em francês têm algo a dizer. A América Latina também encara Paris e a França como um lugar onde os latino-americanos podem se socializar e conviver. Apesar da enorme quantidade de comunicação, especialmente entre universidades, que se desenvolveu nas últimas décadas, e o Brasil tem desempenhado um papel fundamental nisso, muitos alunos que vêm para o IHEAL entram em contato com o resto da América Latina de uma forma privilegiada, mais intensa e mais rica do que teriam em seu próprio país. Um colombiano, por exemplo, desenvolverá pela primeira vez cumplicidades intelectuais e amistosas com peruanos, equatorianos, argentinos ou uruguaios que dificilmente conheceria em Bogotá ou Medellín. Essa é uma enorme riqueza que se estenderá em termos de pesquisa. Essas energias e esses

encontros são muito importantes e esse é um dos motivos pelos quais o IHEAL mantém como uma de suas orientações políticas fundamentais o ensino presencial em salas de aula, ou seja, não via internet. Fazemos questão de não ceder à tentação do ensino à distância, que obviamente tem seus aspectos práticos. No entanto, acreditamos que os encontros desses jovens estudantes e pesquisadores que cruzam o Atlântico para ir de um lado para o outro e de um idioma para o outro são muito importantes e constituem uma das dinâmicas de ensino e pesquisa universitária pública e gratuita que continuamos a promover.

ENTREVISTADO:

DENIS MERKLEN

Professor de sociologia na *Université Sorbonne Nouvelle*, Denis Merklen é atualmente diretor do *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (IHEAL). Mestre em sociologia pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA), trabalhou sob a direção de Francis Korn. Na França, ele realizou uma tese sob a orientação de Robert Castel no *Centre d'Études des Mouvements Sociaux* (CEMS), laboratório de pesquisa da *École des hautes études en sciences sociales* (EHESS), onde obteve o título de doutor em 2001. Em 2011, defende sua *Habilitation à diriger des recherches* (HDR) na mesma instituição. Entre 2004 e 2012, Merklen lecionou na *Université Paris-Diderot – Paris 7* (atualmente *Université Paris Cité*). É autor de obras como *Les indispensables. Sociologie des mondes militants* (2023), *La diagonale des conflits. Expériences de la démocratie en Argentine et en France* (com Étienne Tassin, 2018), *Pourquoi brûle-t-on des bibliothèques. Quand les classes populaires questionnent la sociologie et la politique* (2013, publicado em espanhol em 2016), entre outros.

E-mail: denis.merklen@sorbonne-nouvelle.fr

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3578-121X>

ENTREVISTADORA:

CAROLINA PEREIRA LINS MESQUITA

Professora Adjunta III do Departamento de Direito Social e Econômico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É associada da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e do Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais, membro da *Red Internacional de Cátedras, Instituciones y personalidades sobre el Estudio de La Deuda Pública* (RICDP) e

pesquisadora do Programa Universitário de Apoio às relações de trabalho (PRUNART/UFMG). Coordenadora Geral do DIANSARE – *Laboratório de ensino, pesquisa e extensão: Direito, Antropologia, Saúde e Religião* e do Projeto: “*Christophe Dejours e a Psicodinâmica do Trabalho*”. Editora Chefe da Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF).

E-mail: clinsmesquita@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9696-2076>

ENTREVISTADORA E TRADUTORA

JÚLIA DONLEY

Doutoranda na *Université Sorbonne Nouvelle*, Júlia Donley realiza uma tese em sociologia sob a direção de Denis Merklen e Esteban Buch (CRAL-EHESS), vinculada ao *Centre de Recherches et de Documentation sur les Amériques* (CREDA). Em 2021, obteve seu mestrado em *Musique et sciences sociales* pela *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS). Musicista, ela detém também um bacharelado (Universidade Estadual Paulista – UNESP) e um mestrado (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) em performance musical.

E-mail: julia.donley@sorbonne-nouvelle.fr

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1315-7560>

REFERÊNCIAS

MERKLEN, Denis. *Lo que iluminan las llamas de las bibliotecas en Francia* | Nueva Sociedad. **Nueva Sociedad | Democracia y política en América Latina**, 2023. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/Francia-protestas-bibliotecas/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MERKLEN, Denis; TASSIN, Étienne (Orgs.). *La diagonale des conflits: Expériences de la démocratie en Argentine et en France*. Paris: Éditions de l'IHEAL, 2018. Disponível em: <http://books.openedition.org/iheal/6129>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MERKLEN, Denis. *Las dinámicas contemporáneas de la individuación*. In: CASTEL, Robert; KESSLER, Gabriel; MERKLEN, Denis; et al (Eds.). **Individuación, precariedad, inseguridad: ¿desinstitucionalización del presente?** Buenos Aires: Paidós, 2013, p. 45–86

MERKLEN, Denis. *Individus populaires. Sociabilité et politicalité*. In: **Changements et pensées du changement**. [s.l.]: La Découverte, 2012, p. 100–120. Disponível em: <https://www.cairn.info/changements-et-pensees-du-changement-2012--9782707173065-page-100.htm?ref=doi>. Acesso em: 15 set. 2022.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR E SOCIÓLOGO
DENIS MERKLEN
MERKLEN, D.; MESQUITA, C.P.L; DONLEY, J.

MURARD, Numa; MERKLEN, Denis. *Banlieue, barrio, bidonville, cité, conurbano, faubourg, logements sociaux, quartier, vecino, villa, périphérie*. In: **La diagonale des conflits: Expériences de la démocratie en Argentine et en France**, Paris: Éditions de l'IHEAL, 2018. Disponível em: <https://books.openedition.org/iheal/6363>.



Esta é uma entrevista publicada em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.